

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIA ESTER REVERDITO

**ANÁLISE SOBRE AS ÁREAS VERDES PROTEGIDAS NA APA DO CÓRREGO
CEROULA**

CURITIBA

2017

MARIA ESTER REVERDITO

**ANÁLISE SOBRE AS ÁREAS VERDES PROTEGIDAS NA APA DO CÓRREGO
CEROULA**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Direito Ambiental, no Curso de Pós-Graduação em Direito Ambiental, Setor de Ciências Agrárias, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Edson Luis Peters
Coorientadora: Prof^a. Samantha Ribas Teixeira

CURITIBA

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA ESTER REVERDITO

ANÁLISE SOBRE AS ÁREAS VERDES PROTEGIDAS NA APA DO CÓRREGO CEROULA

Relatório Técnico Científico Final apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista no Curso de Especialização em Direito Ambiental, Setor de Ciências Agrárias, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Edson Luis Peters

Coorientadora: Prof.^a Samantha Ribas Teixeira

Banca examinadora:

Prof.^a Jaqueline de Paula Heimann

Prof.^a Anna Christina Gonçalves De Poli

Curitiba, 2 de setembro de 2017.

Dedico a presente monografia à
minha avó Maria Iracy.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela dádiva da vida.

À minha família que sempre esteve ao meu lado me dando suporte, força e coragem para aprimorar meus estudos.

Aos colegas e amigos que conheci durante o curso de pós-graduação, essenciais na minha caminhada rumo à especialização em Direito Ambiental.

Ao meu orientador Prof. Dr. Edson Luis Peters e à minha coorientadora Prof^a Me. Samantha Ribas Teixeira pela dedicação dada ao meu trabalho.

"Mais do que máquinas
Precisamos de humanidade.

Mais do que inteligência
Precisamos de afeição e doçura.

Sem essas virtudes
A vida será de violência
E tudo estará perdido.”
O Grande Ditador – 1940, Charles
Chaplin (1889-1977).

RESUMO

Esse trabalho monográfico apresenta uma análise sobre as áreas verdes protegidas da Área de Preservação Ambiental (APA) da Bacia do Córrego Ceroula, localizada em Campo Grande/MS. Para tanto, fez-se necessário abordar, primeiramente, a proteção ambiental sob a ótica da responsabilidade compartilhada dentro da Constituição Federal de 1988, bem como sobre as Unidades de Conservação regidas pela Lei Federal nº 9.985/2000. A partir deste estudo são apresentadas as características da citada APA, instituída pelo Decreto Municipal nº 8.264/2001, e os dados das atividades desenvolvidas na região colhidos pelos órgãos estaduais e municipal. Observando-se os aspectos positivos e negativos, resta demonstrado o imenso potencial do setor turístico da localidade que, se fiscalizado e incentivado pelo Poder Público e devidamente explorado pelo setor privado e pela população, desaguará no desenvolvimento sustentável e na prosperidade do município. Uma das fontes sustentáveis de desenvolvimento é o ecoturismo, o qual incentiva a conservação da região da Bacia do Córrego Ceroula. É nesse ponto que aparece a responsabilidade compartilhada da sociedade organizada, traduzida na importância do gestor público em fiscalizar as atuais ações desenvolvidas na APA e incentivar atividades sustentáveis, do setor privado em expandir fontes de trabalho que tragam mais rentabilidade e que atendam os objetivos da área de preservação ambiental, bem como da população em aumentar sua consciência ecológica e assumir seu papel envolvendo-se nas questões ambientais pertinentes do local.

Palavras-chave: Área de Preservação Ambiental. Bacia do Córrego Ceroula. Responsabilidade Compartilhada.

ABSTRACT

This monographic work presents an analysis of the protected green areas of the Ceroula Stream Basin Environmental Preservation Area (APA), located in Campo Grande / MS. To do so, it was necessary to first address environmental protection from the point of view of shared responsibility within the Federal Constitution of 1988, as well as on Conservation Units governed by Federal Law 9,985 / 2000. From this study are presented the characteristics of the mentioned APA, instituted by Municipal Decree nº 8.264 / 2001, and the data of the activities developed in the region collected by the state and municipal agencies. Observing the positive and negative aspects, the immense potential of the tourist sector of the locality that, if fiscalized and encouraged by the Public Power and properly explored by the private sector and by the population, will be demonstrated in the sustainable development and the prosperity of the municipality. One of the sustainable sources of development is ecotourism, which encourages the conservation of the Ceroula Stream Basin region. It is at this point that the shared responsibility of the organized society appears, reflected in the importance of the public manager in supervising the current actions developed in the APA and encouraging sustainable activities of the private sector in expanding sources of work that bring more profitability and that meet the objectives of the area environmental preservation as well as the population in raising their ecological awareness and taking on their role by engaging in the relevant environmental issues of the place.

Key-words: Preservation Area. Ceroula Stream Basin. Shared Responsibility.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DA APA DO CÓRREGO CEROULA..... | 16 |
| FIGURA 2 – RESÍDUOS NA APA DO CEROULA | 17 |
| FIGURA 3 – ÁREAS COM EROSÃO NA APA DO CÓRREGO CEROULA..... | 18 |
| FIGURA 4 – CACHOEIRA CEUZINHO..... | 21 |
| FIGURA 5 – CACHOEIRA INFERNINHO | 22 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APA - Área de Proteção Ambiental
- BAP - Bacia do Alto Paraguai
- PLANURB - Instituto Municipal de Desenvolvimento Urbano de Campo Grande
- SEPROTUR - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo de Mato Grosso do Sul
- SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2 A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE E A ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA..... | 13 |
| 2.1 A RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO E DA COLETIVIDADE NA PROTEÇÃO AMBIENTAL..... | 13 |
| 2.2. A LEI FEDERAL Nº 9.9985/2000 E A ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL..... | 14 |
| 2.3 O PLANO DE MANEJO E O USO SUSTENTÁVEL DA APA..... | 15 |
| 3 A APA DA BACIA DO CÓRREGO CEROULA..... | 16 |
| 3.1 LOCALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DA CAMPO GRANDE/MS..... | 16 |
| 3.2 CARACTERÍSTICAS DA APA DO CÓRREGO CEROULA E SUA ATUAL SITUAÇÃO..... | 17 |
| 4 RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA NA CONSERVAÇÃO DA ÁREA VERDE DA APA DO CÓRREGO CEROULA..... | 20 |
| 4.1 ÁREA VERDE DA APA DO CÓRREGO CEROULA E POSSÍVEIS AÇÕES PARA AUXÍLIO DA CONSERVAÇÃO LOCAL..... | 20 |
| 4.2 O ECOTURISMO COMO FONTE SUSTENTÁVEL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL..... | 21 |
| 4.3 A IMPORTÂNCIA DA INCORPORAÇÃO DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA NA CONSERVAÇÃO DA APA..... | 23 |
| 5 CONCLUSÃO..... | 25 |
| REFERÊNCIAS..... | 27 |

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão do curso de especialização em Direito Ambiental traz em si o título de “Análise sobre as áreas verdes protegidas na APA do Córrego Ceroula”, de modo a demonstrar a necessidade de atuação conjunta do Poder Público, da iniciativa privada e da população na conservação e manutenção da APA do Córrego Ceroula, região de fulcral importância para a sadia qualidade de vida da população de Campo Grande/MS.

A justificativa para se abordar esse tema está na necessidade de melhor uso e destinação da citada APA, haja vista seu alto potencial ambiental, mas que tanto pelo descaso governamental – diante da ausência de plano de manejo – quanto pelo descuido da população – contribuindo para a degradação da região – tem sido atingida pelos mais variados impactos negativos.

Para a consecução de tal objetivo, procedeu-se com a pesquisa bibliográfica, legislativa e documental, tendo por fontes a Constituição Federal de 1988, a Lei Federal nº 9.985/2000, o Decreto Municipal nº 8.264/2001, artigos científicos, além de autores consagrados no ramo do Direito Ambiental, e.g. Milaré, Antunes e Machado, e documentos oriundos da Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS e do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, tudo com o fim de fornecer uma base teórica para a análise dos dados obtidos na pesquisa de campo realizada pela autora na área objeto de estudo, com a confecção de fotogramas e mapa.

Dessa forma, parte-se inicialmente da análise das disposições constitucionais acerca do meio ambiente, abrangendo a responsabilidade do Poder Público e da coletividade, além de tratar da Lei Federal nº 9.985/2000, responsável por definir o que são as áreas de uso sustentável e, por consequência, tratar do plano de manejo e de uso, essencial para as Áreas de Preservação Ambiental.

Compreendida a previsão constitucional, fez-se necessário o estudo da APA da Bacia do Córrego Ceroula com foco para a sua localização e estudo de suas características e potencialidades.

Procedeu-se, na sequência, com o diagnóstico da atual situação da área em estudo, em especial quanto à exploração dos seus recursos naturais, a ausência de

estruturação dos atrativos naturais, o descarte incorreto de resíduos e quanto ao desmatamento, que traz, por seqüela, a desnudação do solo.

Segue-se adiante com exposição da importância do compartilhamento das responsabilidades pela sociedade, aqui compreendida como o conjunto formado pelo Poder Público, setor privado e pela população, e da relevância da elaboração do plano de manejo, documento elaborado pelo Conselho Gestor do município e que estabelece as condutas permitidas e proibidas para a APA do Córrego Ceroula.

Apresenta-se o ecoturismo como meio pelo qual se pode obter o desenvolvimento sustentável da região, trazendo impactos positivos e contribuindo para o crescimento socioeconômico da região, assim como a importância da incorporação responsabilidade compartilhada e o incentivo à ação comunitária, de modo a buscar a superação da mentalidade de consumo exagerado e o incentivo à economia verde.

O objetivo é dar destaque a uma área que vem sendo explorada de forma incorreta pela população por falta de gestão e fiscalização do Poder Público, o que vem causando a deterioração da área verde protegida da região, bem como apresentar ações que coadunam com os objetivos legais de conservação de uma área de preservação ambiental.

2 A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE E A ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

2.1 A RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO E DA COLETIVIDADE NA PROTEÇÃO AMBIENTAL

Contrariando os textos constitucionais anteriores, que somente tratavam do meio ambiente em disposições pontuais, a Constituição Federal de 1988 captou aquilo que está na alma nacional: a consciência de que é preciso aprender a conviver harmoniosamente com a natureza, contempla-o dentro de uma concepção sistêmica, sendo, inclusive, elevado a princípio da ordem econômica, previsto no artigo 170, inciso VI (MILARÉ, 2015, p.170).

A dimensão conferida ao tema não se resume aos dispositivos constitucionais que regem a ordem social, no capítulo exclusivo ao meio ambiente, alcançando inúmeros regramentos ao longo da Carta Magna nos mais diversos títulos e capítulos, decorrentes da característica multidisciplinar da matéria (MILARÉ, 2015, p.170-171).

No Capítulo VI do Título VIII da Constituição Federal, o *caput* do artigo 225 garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

É nesse sentido que surge a responsabilidade compartilhada, podendo ser conceituada como o conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas do Poder Público, do setor privado e de cada cidadão para garantir o equilíbrio ecológico do meio ambiente. Vale ressaltar que a nomenclatura “responsabilidade compartilhada” foi introduzida pela Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, conhecida como “Política Nacional de Resíduos Sólidos”, porém, sua concepção já estava implicitamente prevista no próprio artigo 225 da Carta Magna (BRASIL, 2010).

Inclusive, nos incisos do parágrafo primeiro do referido artigo, o constituinte trouxe algumas incumbências do Poder Público para efetivar o direito de todos ao meio ambiente, demonstrando, assim, um pouco do que lhe cabe dentro da noção de responsabilidade compartilhada. Dentre elas, destacam-se as de prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, de definir, em todas as unidades federativas, espaços territoriais a serem protegidos, sendo proibida qualquer

utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a sua proteção, e de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (BRASIL, 1988).

Como pode ser observado acima, a Constituição Federal de 1988 deu ao Poder Público o encargo de regulamentar os espaços territoriais que serão especialmente protegidos, dando ensejo à criação da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (MILARÉ, 2015, p.1263).

2.2 A LEI FEDERAL Nº 9.985/2000 E A ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

A Área de Preservação Ambiental possui enquadramento legal dentro da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que trouxe a figura da unidade de conservação. Analisando o tema, Milaré (2015, p. 1264) entende que na configuração jurídico-ecológica de uma unidade de conservação deve haver relevância natural, caráter oficial, delimitação territorial, objetivo conservacionista e regime especial de proteção e administração.

Dentro das unidades de conservação existem duas divisões: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. A APA encontra-se dentro das unidades de uso sustentável, formada por uma área geralmente extensa, pouco habitada, com atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, objetivando proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

A composição da APA pode ser tanto de terras públicas como privadas, sendo possível o estabelecimento de normas e restrições para a utilização da propriedade privada, desde que respeitados os limites constitucionais (BRASIL, 2000). Antunes (2013, p. 229-230) esclarece em sua obra que há entendimento nos tribunais no sentido de que o direito de propriedade não é absoluto, estando sujeito às limitações administrativas que visam adequá-lo ao interesse público.

As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública, nas áreas de domínio público, serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade e, nas áreas privadas, serão definidas pelo proprietário, observando as exigências e restrições legais (BRASIL, 2000).

Cada unidade de conservação deve possuir um plano de manejo, que deverá ser elaborado pelo órgão gestor ou pelo proprietário, quando for o caso, sendo um verdadeiro regulamento destinado a disciplinar as atividades a serem incentivadas, controladas, limitadas e proibidas em cada uma das áreas delimitadas pelo zoneamento (MILARÉ, 2015, p.1291).

2.3 O PLANO DE MANEJO E O USO SUSTENTÁVEL DA APA

Existe a previsão legal para a elaboração de um plano de manejo no prazo de 5 (cinco) anos a partir da criação da unidade de conservação, devendo abranger a área, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, além de incluir medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas (BRASIL, 2000).

O plano de manejo é um documento técnico com base nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, que além de estabelecer o seu zoneamento, deve prever as normas que vão reger o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000).

A ampla participação da população residente será assegurada no processo de elaboração, atualização e implementação do plano nas áreas de preservação ambiental (BRASIL, 2000). Conforme a legislação, podemos verificar que existe uma preocupação com o uso sustentável da APA e que o instrumento dado pelo legislador para o auxílio no controle das atividades desenvolvidas no local é o plano de manejo.

Enquanto não houver o plano de manejo nas unidades de conservação de uso sustentável, Milaré (2015, p. 1292) entende que, tendo em vista o silêncio da lei e o que determina o princípio constitucional da legalidade, o legislador permitiu a continuidade das atividades que vinham sendo desenvolvidas no seu interior até que seja criado o plano para regulamentar o uso e a ocupação do solo.

A APA da Bacia do Córrego Ceroula que será tratada a seguir, ainda não possui um plano de manejo, apesar de ter sido criada em 2001. A referida APA conta apenas com o conselho gestor que analisa as atividades do local e é o responsável pela elaboração do mencionado plano (CAMPO GRANDE, 2001).

3 A APA DA BACIA DO CÓRREGO CEROULA

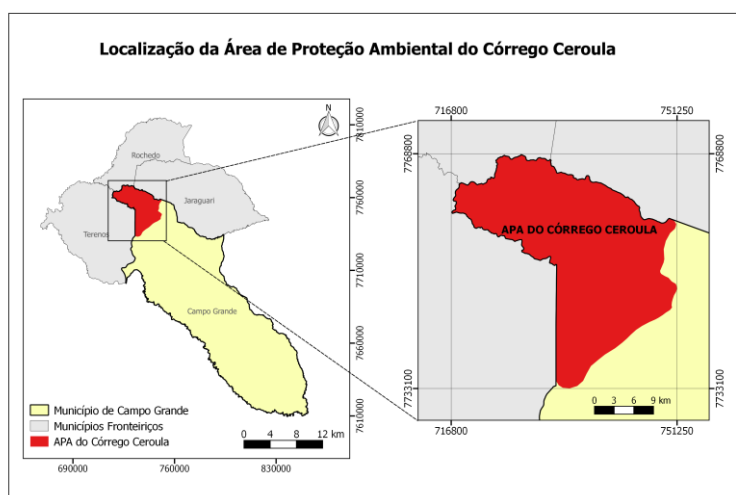
3.1 LOCALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS

A APA da Bacia do Córrego Ceroula possui 66.954ha (sessenta e seis mil, novecentos e cinquenta e quatro hectares) de área e está situada dentro da extensão da bacia localizada no município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul. Esta APA foi criada pelo Decreto Municipal nº 8.264, publicado em 30 de julho de 2001, no Diário Oficial de Campo Grande/MS (CAMPO GRANDE, 2000).

Conforme o Instituto Municipal de Desenvolvimento Urbano - Planurb, “a área da APA do Ceroula é formada pela parte superior da bacia do Córrego Ceroula que na sua porção sul/sudeste delimita-se com o perímetro urbano da cidade” (CAMPO GRANDE, 2016, p. 42).

Situada na zona rural da região norte do município de Campo Grande, a APA em comento, faz divisa com os municípios de Terenos, Rochedo e Jaraguari, conforme figura abaixo.

Figura 1. Localização da APA do Córrego Ceroula.



Fonte: Elaborada pela autora.

A sub-bacia do Córrego Ceroula está inserida na sub-bacia do Rio Aquidauana localizada na Bacia do Alto Paraguai – BAP (PLANURB, 2016, p. 42). Assim, a APA do Ceroula é a única que possui suas nascentes no município de Campo Grande com drenagem para o Pantanal (PPIRAJÁ; SILVA, 2014, p.101).

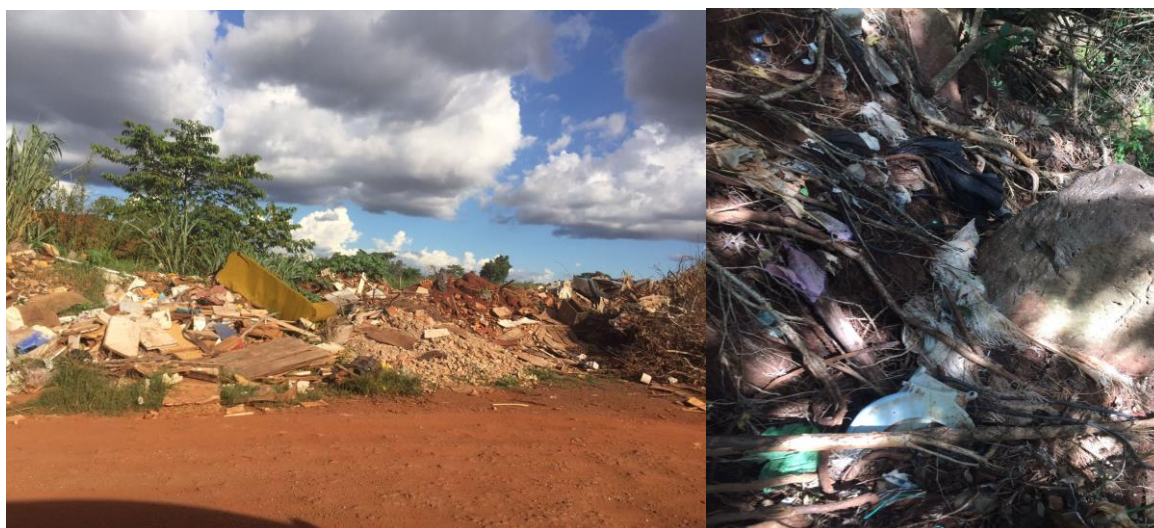
3.2 CARACTERÍSTICAS DA APA DO CÓRREGO CEROULA E SUA ATUAL SITUAÇÃO

As principais atividades desenvolvidas na região, que é predominantemente ocupada por propriedades rurais, são a pecuária, a horticultura e a piscicultura. Também são desenvolvidas por empresas as atividades de extração mineral, usina de asfalto e curtume/salgadeira etc. (CAMPO GRANDE, 2016, p.42).

Algumas das atividades realizadas atualmente na APA do Ceroula podem ser muito prejudiciais ao meio ambiente, principalmente pela ausência do plano de manejo da região. Expandindo, contudo, a visão para o manejo sustentável dos recursos naturais ali presentes, o proprietário pode ter um aumento no retorno econômico, se este fizer a menção do nome da área de proteção ambiental na propaganda de seus produtos e serviços (MILARÉ; MACHADO, 2011, p. 1321).

O que se percebe, entretanto, é a falta de estruturação dos atrativos naturais e a sua exploração desordenada, fazendo com que a APA sofra impactos ambientais negativos (MATO GROSSO DO SUL, 2012, p.242-243), como pode ser visto na imagem abaixo.

Figura 2. Resíduos na APA do Ceroula.



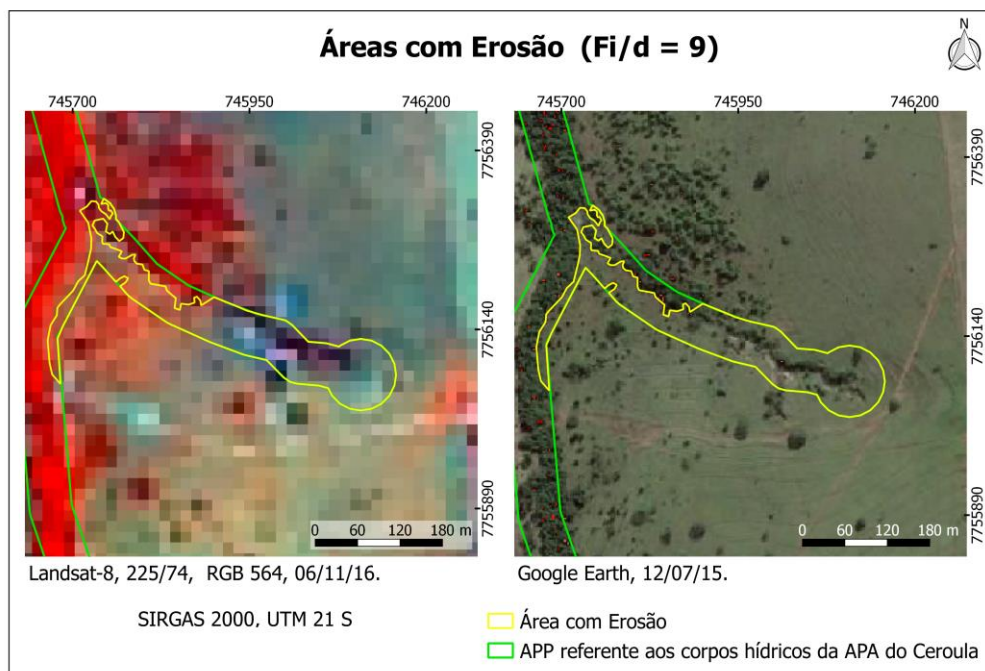
Fonte: Acervo pessoal da autora.

Conforme imagem acima, um dos impactos negativos perceptíveis aos visitantes é o descarte incorreto dos resíduos sólidos na região, presente tanto nos

encostamentos das estradas (figura do lado esquerdo) como no meio da vegetação dentro das propriedades (figura do lado direito). A disposição incorreta desses resíduos altera a qualidade do solo, limitando sua capacidade de depuração e imobilização das impurezas, além de possibilitar a propagação dos poluentes por diversas vias, como o ar e as águas subterrâneas e superficiais, modificando suas características naturais (BECHARA, 2013, p.221-223).

Outra consequência da ausência do plano de manejo é o desmatamento na região, que vem intensificando a desnudação do solo e acelerando sua erosão, levando ao assoreamento dos rios e a perda da fertilidade dos solos no regime das águas nas áreas baixas da região do Pantanal-Chaco (PPIRAJÁ; SILVA, 2014, p.101), conforme observado na imagem a seguir.

Figura 3. Áreas com erosão na APA do Córrego Ceroula.



Fonte: Elaborada pela autora.

Na imagem do Google Earth (lado direito), a área delimitada em verde se refere à área de preservação permanente – APP. Ela está coberta por pastagem, o que acaba por não proteger a área de forma eficiente, gerando a erosão. A ausência de mata nativa leva a exposição do solo próximo a uma das nascentes da APA do Ceroula, evidenciado pela cor azul claro na imagem à esquerda.

A APA do Ceroula tem como característica natural a estabilidade predominantemente intermediária, na qual o tipo de vegetação do local é uma variável importante na fixação do solo, assim como, a declividade influencia muito na dinâmica da região (PPIRAJÁ; SILVA, 2014, p.108).

A necessidade da elaboração do plano de manejo da região é evidente para o controle das atividades realizadas dentro da APA e para a diminuição dos impactos negativos que vem degradando o local, possibilitando a fiscalização adequada pelo Poder Público e a participação da sociedade na cobrança de ações sustentáveis.

4 RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA NA CONSERVAÇÃO DA ÁREA VERDE DA APA DO CÓRREGO CEROULA

4.1 ÁREA VERDE DA APA DO CÓRREGO CEROULA E POSSÍVEIS AÇÕES PARA AUXÍLIO DA CONSERVAÇÃO LOCAL

Após pesquisas e estudos na região, foi verificada a importância da vegetação local na fixação do solo para a estabilidade da APA, sendo evidente a sua indispensabilidade para a conservação da área a ser protegida (PPIRAJÁ; SILVA, 2014, p.108)

Para a manutenção da área verde da APA do Córrego Ceroula é necessário o uso sustentável dos recursos oferecidos, estando delimitados pela capacidade de regeneração de cada recurso. A sociedade deve disseminar informações sobre a importância da conservação do meio ambiente local por meio da educação formal e informal, fazendo com que as atitudes necessárias sejam amplamente compreendidas e conscientemente adotadas (MILARÉ, 2015, p.77).

O Poder Público, através do conselho gestor responsável pela referida APA, deve elaborar o mais breve possível o plano de manejo com a definição das condutas proibidas e admitidas na área, bem como definir as medidas administrativas para levantar os problemas encontrados, definir as prioridades, alocar recursos, implementar atividades e avaliar os resultados (MILARÉ, 2015, p.1291-1292).

Quanto às atividades realizadas na APA, o setor privado deve observar, independentemente de qual seja, o desenvolvimento e o emprego das chamadas “tecnologias limpas” no local, o que implica no menor consumo de matéria e de energia, menor produção de resíduos, maior capacidade de reaproveitamento e menor volume na disposição final (MILARÉ, 2015, p.82).

A Secretaria de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo – SEPROTUR – do Estado de Mato Grosso do Sul divulgou o “Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável”, no qual demonstra que a APA do Córrego Ceroula possui potencial para o ecoturismo e para práticas esportivas, devido à presença de cachoeiras e trilhas (MATO GROSSO DO SUL, 2012, p.239). Se bem planejado, o turismo auxilia na minimização dos problemas

ambientais e culturais decorrentes da atividade (TEMOTEO; CRISPIM; BRANDÃO, 2014, p.3).

4.2 O ECOTURISMO COMO FONTE SUSTENTÁVEL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A APA do Córrego Ceroula, localizada na região norte do município de Campo Grande, fica próxima ao perímetro urbano e possui uma grande capacidade para o ecoturismo. Cada vez mais a região atrai curiosos, aventureiros e moradores da região que procuram contato com a natureza.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, a APA do Córrego Ceroula é uma das maiores potencialidades turísticas da região. Afinal, dentro do perímetro da APA, existem diversas quedas d'água, cachoeiras e trilhas, o que atrai o ecoturismo e práticas esportivas, como, por exemplo, o rapel. A falta, porém, de um sistema de manejo e formatação adequada de um produto turístico, resulta em degradações ambientais constantes (MATO GROSSO DO SUL, 2012, p.242-243).

Diversos pontos que poderiam ser aproveitados para o ecoturismo dentro da APA do Córrego Ceroula estão a menos de 20 km (vinte quilômetros) do centro da capital de Mato Grosso do Sul. Algumas empresas estão investindo no turismo local e desenvolvendo atividades dentro das propriedades que deixam suas “portei ras abertas” aos praticantes de atividades esportivas. Vejamos alguns pontos visitados:

Figura 4. Cachoeira Ceuzinho



Fonte: Acervo pessoal da autora.

A Cachoeira do Ceuzinho é uma das quedas d'água mais conhecidas e visitadas da região. O acesso é através de trilhas e é muito utilizada por praticantes de ciclismo.

Figura 5. Cachoeira Inferninho



Fonte: Acervo pessoal da autora.

A Cachoeira do Inferninho é o principal atrativo turístico da região, sendo muito procurada por praticantes de rapel e para banho. Para acesso as mencionadas cachoeiras é utilizada a Rodovia Estadual MS 040.

Como Mato Grosso do Sul já recebe muitos turistas (brasileiros e estrangeiros) que vão para o Pantanal e o município de Bonito (DO NASCIMENTO; DA SILVA; GRECHI, 2014, p.3), sendo que a maioria utiliza o aeroporto internacional da capital como chegada ao Estado, Campo Grande também possui na região do Córrego Ceroula a mesma característica de ecoturismo buscada pelos visitantes.

Com maiores investimentos na APA do Córrego Ceroula, por meio de parcerias entre o município, o Estado e a iniciativa privada, seria possível aumentar o tempo de estadia dos turistas que procuram a convivência com a natureza apresentando-lhes os atrativos da região. Aumentando o turismo em Campo

Grande, conseqüentemente aumenta-se o fluxo de renda, de empregos e, principalmente, a propagação da importância em se preservar a APA do Córrego Ceroula para as presentes e futuras gerações. Dentre as diversas formas de praticar o turismo, as realizadas no meio natural vem crescendo consideravelmente, motivadas pela busca de experiências diferenciadas das vividas no cotidiano (FAGUNDES; ASHTON, 2016, p.2).

Cada vez mais o ecoturismo está sendo valorizado e tem muito a contribuir para o crescimento da região. O Estado de Mato Grosso do Sul é conhecido pelas belezas naturais que possui e por seu grande potencial ecoturístico, mas o que muitos desconhecem é a capacidade do desenvolvimento do ecoturismo na capital se os seus atrativos forem preservados e explorados com consciência ambiental.

4.3 A IMPORTÂNCIA DA INCORPORAÇÃO DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA NA CONSERVAÇÃO DA APA

A conservação da APA faz parte da sustentação da vida. Nas palavras de Milaré (2015, p.77), os processos ecológicos tornam o planeta apropriado para a vida, pois definem o clima, limpam o ar e a água, regulam o fluxo das águas, reciclam elementos essenciais, criam e regeneram o solo e permitem que os ecossistemas se renovem sozinhos.

A ação comunitária no cuidado com o meio ambiente deve ser favorecida e incentivada com a concessão de autoridade, poder e conhecimento para agir. Afinal, o melhor canal para as pessoas expressarem suas preocupações e tomarem atitudes relativas à criação de bases sólidas para sociedades sustentáveis é através das comunidades e grupos locais (MILARÉ, 2015, p.77).

Isso implica em maior convivência com a natureza e maior conhecimento dos processos naturais. A sociedade deve empenhar-se juntamente com o Poder Público, pensando a longo prazo, construindo uma visão holística e cultivando valores diferentes com a superação da mentalidade do consumo exagerado e a busca de outros valores além dos econômicos (MILARÉ, 2015, p.104-105).

O empresariado tem papel claro e decisivo na implantação do processo da chamada “economia verde”. Diante da escassez crescente de recursos finitos para atender à progressiva demanda infinita, tem havido experiências de ecoeficiência. Buscando, desta forma, intensamente a eficiência econômica com a redução de

matéria e energia, até mesmo nos setores comerciais, de serviços e domésticos (MILARÉ, 2015, p.104).

Entre o Poder Público e a esfera privada existe o dever de colaboração para a efetivação da proteção ambiental. Embora a legislação, neste momento, não se manifeste expressamente assim, tal entendimento faz parte do princípio de que todos são responsáveis pela manutenção de um meio ambiente equilibrado, conforme o art. 225, *caput*, da Constituição Federal de 1988 (MILARÉ; MACHADO, 2011, v.II, p.1321).

A conservação da APA do Córrego Ceroula é responsabilidade de toda sociedade organizada. A decretação de área protegida ambientalmente pelo Poder Executivo municipal de Campo Grande demonstra a importância que esta APA tem para a qualidade de vida e do meio ambiente da região, sendo encargo de todos a sua preservação.

5 CONCLUSÃO

O meio ambiente equilibrado é um direito constitucional dado às presentes e futuras gerações, mas também se torna um dever de todos garanti-lo. O constituinte concedeu aos entes federados a incumbência de declarar determinadas áreas como de preservação ambiental.

O município de Campo Grande declarou uma considerável parte de seu território como sendo área de preservação ambiental (APA), visando, assim, o resguardo do meio ambiente e almejando melhorar a condição de vida de seus habitantes.

Analisando a APA da Bacia do Córrego Ceroula foi observado que sua área verde é importante para a dinâmica da região e que se faz necessária a criação urgente de um plano de manejo para o desenvolvimento correto do local, evitando degradações de difícil reparação, além das que já vêm ocorrendo.

A conservação da APA estudada é de responsabilidade de toda a sociedade organizada: do Poder Público em elaborar o referido plano de manejo e incentivar atividades sustentáveis, do setor privado em buscar a economia verde como fonte de renda na região e da população em conservar o meio ambiente.

Com a busca pela economia verde e com o incentivo do Poder Público, a utilização de meios sustentáveis de renda leva a um equilíbrio entre a produção, o consumo e o meio ambiente, o que torna possível a diminuição considerável dos impactos ambientais e auxílio na preservação da localidade, além de agregar valor aos produtos vendidos com o selo de produzidos em área de preservação ambiental de forma ecológica.

Diante de uma região rica em atrativos naturais, é relevante o cuidado de todos para que não ocorra a ocupação irregular da APA do Córrego Ceroula que está próxima do centro urbano, preservando os recursos naturais e desestimulando atividades que trazem impactos negativos.

Com a devida atenção que merece, a referida APA será um ponto de aproximação da população com a natureza e poderá trazer muito crescimento para a capital de Mato Grosso do Sul, tanto do ponto de vista econômico, mas, principalmente, do ponto de vista socioambiental.

Se cada setor da sociedade organizada contribuir com a preservação da região, haverá melhorias inestimáveis na qualidade de vida dos residentes do

município, interferência benéfica no ciclo d'água no Pantanal, lucro para o proprietário rural e aumento do ecoturismo local.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Manual de direito ambiental**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BECHARA, Erika (org.). **Aspectos relevantes da política nacional de resíduos sólidos**. São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 12 de março de 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: 13 de março de 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 23 de setembro de 2017.

CAMPO GRANDE. **Decreto nº 8.264, de 27 de julho de 2001**. Cria a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula – APA do Ceroula – localizada no município de Campo Grande-MS, e dá outras providências. Diário Oficial, Campo Grande, MS, 30 de julho de 2001.

DO NASCIMENTO, Aldo Oliveira; DA SILVA, Luciana Ferreira; GRECHI, Doris Cristina. A atuação do guia de turismo em Mato Grosso do Sul: diagnóstico, aspectos conceituais e perspectivas para o segmento. **Revista Hospitalidade**, p. 23-44, 2014.

FAGUNDES, Camila; ASHTON, Mary Sandra Guerra. A Oferta Turística em Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil: O Potencial Criativo como Diferencial Competitivo/The Tourist Offer in Bonito, Mato Grosso do Sul, Brazil: The Creative Potential as Competitive Differential. **ROSA DOS VENTOS-Turismo e Hospitalidade**, v. 8, n. 1, 2016.

MATO GROSSO DO SUL, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da produção, da indústria, do comércio e do turismo – SEPROTUR. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável – PDITS/Polo Campo Grande e Região**. Campo Grande, 2012.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente**. 10.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MILARÉ, Édís e MACHADO, Paulo Affonso Leme (org.). **Direito ambiental: conservação e degradação do meio ambiente**. Coleção doutrinas essenciais. V.2. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

PLANURB, Instituto Municipal de Planejamento Urbano. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande**. 23 ed. rev. Campo Grande, 2016.

PPIRAJÁ, Renan Vilhena e SILVA, Mauro Henrique Soares da. **Anais 5º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal**. Campo Grande/MS, 22 a 26 de novembro de 2014. Embrapa Informática Agropecuária/INPE. p.100-109.

TEMOTEO, Joelma Abrantes Guedes; CRISPIM, Maria Cristina; BRANDÃO, Jammilly Mikaela Fagundes. Turismo e Sustentabilidade em Unidades de Conservação: Um Estudo sobre as alternativas de emprego e renda na Área de Preservação Ambiental da Barra do Rio Mamanguape-PB. **Anais: XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo—ANPTUR**, 2014.